



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001849-48.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Responsabilidade Civil**  
 Requerente: **Ademir Celso Bim**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

**ADEMIR CELSO BIM** propôs ação de cobrança securitária – DPVAT em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**. Aduziu que em 19 de abril de 2016 sofreu acidente de trânsito que lhe causou invalidez permanente. Informou que realizou pedido administrativo, negado. Requereu os benefícios da gratuidade processual, a inversão do ônus da prova, a condenação da requerida ao pagamento do montante de R\$ 9.450,00 ou caso comprovada a invalidez parcial incompleta, a condenação no montante proporcional ao grau da lesão.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 06/70.

Deferida a gratuidade processual à fl. 83.

Citada (fl. 87), a requerida apresentou contestação às fls. 88/117. Alegou que à época do acidente o requerente não se encontrava segurado, já que não havia efetuado o pagamento do prêmio referente ao seguro DPVAT. Ademais, que a vítima sofreu acidente de trabalho e não acidente de trânsito, não fazendo jus à indenização pretendida. Alegou que a lei prevê a gradação do percentual utilizado para as indenizações, o que deve ser respeitado. Requereu a improcedência da ação e juntou documentos às fls. 118/230.

Réplica às fls. 234/237.

Decisão saneadora às fls. 239/240, com a determinação de realização de perícia médica. A requerida interpôs agravo de instrumento (fls. 251/274), recebido em seu efeito suspensivo e provido (fls. 275/276), sendo determinada a realização de perícia junto ao IMESC (fls. 286/290).

Tentada a intimação pessoal do requerente para comparecimento na perícia designada, esta resultou negativa, sendo informado que o autor teria mudado para outra cidade (fl.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

322). Adveio petição do patrono da parte, informando que este se mudou sem deixar qualquer meio para contato (fl. 326).

Sentença de improcedência do feito às fls. 328/331.

Houve a interposição de apelação pelo autor às fls. 334/339, provida, restando anulada a sentença proferida ( fls. 373/376).

Laudo pericial às fls. 365/370, com manifestação das partes às fls. 384/385 e 386/390.

Alegações finais às fls. 395/399 e 400/403.

**É o relatório.**

**Fundamento e decidido.**

Não havendo necessidade de maior produção probatória, visto que as provas produzidas já são suficientes à formulação do juízo de convicção, julgo o feito no estado em que se encontra, nos termos do art. 354, do NCPC. Neste sentido, o entendimento do e. STJ:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, REsp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

As questões preliminares já foram devidamente analisadas (fls. 239/240), restando apenas a análise do mérito.

Vale frisar que o v. Acórdão afastou a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor (fls. 300/306).

Pois bem, trata-se de ação de cobrança de indenização securitária que a parte requerente interpôs visando o recebimento do seguro DPVAT no montante R\$ 9.450,00, tendo em vista a alegada invalidez parcial permanente decorrente do acidente de trânsito.

De início, não há que se falar em falta de condição de segurado. O fato da vítima encontrar-se inadimplente o que, diga-se de passagem, não foi minimamente comprovado, não retira a responsabilidade da requerida quanto ao pagamento. Isto porque, a teor da Súmula 257, do STJ "a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados pr veículo automotores de vias terrestres (DPVAT) não motivo para a recusa do pagamento da indenização". Neste sentido, o e. TJSP:

APELAÇÃO – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – RECUSA DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA EM RAZÃO DO NÃO PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DENTRO DO PRAZO DE VENCIMENTO – A legislação exige tão somente simples prova do acidente e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

do dano decorrente – Exegese da lei n. 6.194/74 – Súmula n. 257 do Superior Tribunal de Justiça – sentença mantida. Recurso não provido. (TJSP. APL 00050392420128260077. 25ª Câmara de Direito Privado. Publicação 10/02/2014. Julgamento 6 de fevereiro de 2014. Relator Denise Andréa Martins Retamero).

Diante dos documentos acostados aos autos, observo que o sinistro ocorreu em 19.04.2016. Nessa época, já vigorava a Lei n. 6.194/74, com as alterações propostas pela Medida Provisória n 451/08 e, posteriormente, convertida na Lei nº 11.945/09, que fixa o montante indenizatório em até R\$ 13.500,00 para o caso de invalidez permanente.

Referida lei disciplina a gradação das lesões sofridas para o pagamento do seguro DPVAT, devendo ser aplicada aos eventos ocorridos em data posterior à sua respectiva entrada em vigor, como ocorreu no caso em tela.

Quanto ao assunto, friso que o Supremo Tribunal Federal já se posicionou, considerando constitucionais as alterações na legislação sobre o seguro DPVAT, tendo sido julgadas improcedentes as ações diretas de inconstitucionalidade nº 4627 e 4350 que versavam sobre a matéria.

A indenização para a hipótese de incapacidade permanente, conforme já estabelecido pela Súmula nº 474, do STJ, deve ser paga de modo proporcional, a depender da extensão da incapacidade. In verbis: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez".

Nesse sentido o E. STJ:

"(...)Outrossim, a Segunda Seção deste Tribunal, no julgamento do tema n. 542, ao qual está vinculado o Recurso Especial Repetitivo nº 1.246.432/RS, consolidou o entendimento no sentido de que a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez, conforme assentado naquele aresto, vesbis: "RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DPVAT. SEGURO OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO A SER FIXADA DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ. SÚMULA N. 474/STJ. 1. Para efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez (SÚMULA 474/STJ). 2. RECURSO ESPECIAL PROVIDO." (REsp. 1.246.432/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 22/5/2013, DJe de 27/5/2013. Cabe destacar do voto condutor a conclusão de que "ponderou-se que para a interposição do art. 3º, "b", da Lei 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório DPVAT, deve-se considerar a partícula 'até' constante da sua redação originária e que se manteve, inclusive, após as modificações introduzidas pelas Leis n. 441/1992 e 11.428/2007". (...) (STJ:AREsp nº 318.934 – RS (2013/0085003-9). Relator Ministro Raul Araujo. Julgado em 16/11/2016. Publicado em 06/12/2016).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, remanescente apenas controvérsia quanto à existência e a extensão da incapacidade da demandante, sendo que para a solução da questão foi designada perícia técnica médica.

Embora não se encontre o julgador submetido aos pareceres apresentados para a formulação de seu convencimento, eles proporcionam elementos técnicos preciosos para se chegar à justa solução da lide.

Em que se pese a manifestação do autor às fls. 384/385, com a apresentação de novos quesitos, o laudo pericial (fls. 365/370) foi realizado a contento, respondendo de maneira clara e objetiva a todos os quesitos apresentados no momento oportuno, sendo o que basta.

Ademais, restou evidenciado o nexo de causalidade entre o acidente e as sequelas geradas e a incapacidade. Vejamos (fl. 268):

De acordo com a Tabela DPVAT (Lei 11945/2009) há dano patrimonial físico sequelar de 6,25% pelo comprometimento funcional leve do joelho esquerdo (o prejuízo funcional completo de um joelho equivale a dano patrimonial físico sequelas de 25%, no presente caso, o comprometimento leve equivale a 25% desse total).

A indenização a que faz jus o requerente deve ser calculada conforme a tabela presente no anexo da Lei 6.194/74, que fixa o montante indenizatório de acordo com a espécie e gradação das lesões sofridas pelas vítimas de danos pessoais. Assim será de 6,25%, calculada sobre o valor total de R\$ 13.500,00, o que importa em R\$ 847,75.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação**, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC **para condenar a ré ao pagamento de R\$ 847,75 ao autor**. Sobre o valor incidirá correção monetária pela tabela prática do TJSP contada a partir da data dos fatos AgRg no REsp nº 1482716) e juros de mora de 1% ao mês contados a partir da citação (Súmula 426, do STJ).

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte, observando-se a gratuidade concedida ao autor. Tendo em vista o baixo valor da condenação, fixo os honorários advocatícios em R\$ 500,00 para cada parte, nos termos do art. 85, §14, do NCPC, observando-se a gratuidade processual concedida ao autor.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, encaminhem os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 - Trânsito em Julgado às partes - Proc. Em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 ? Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 ? Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 27 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**